

Repensando e renovando a economia política da informação¹

Vincent Mosco²

1 Introdução

Este artigo apresenta uma visão geral do enfoque da economia política face aos estudos da informação. Inicialmente, o artigo define economia política e descreve seu uso na pesquisa em informação. Em seguida, fornece orientações, propiciadas por esta abordagem, para se repensar e renovar pressupostos e resultados.

É oportuno realizar esta reflexão uma vez que as transformações na economia política mundial e na vida intelectual fizeram surgir desafios fundamentais. As mudanças nas categorias antigas incluem a morte recente do comunismo, a estagnação contínua nas sociedades capitalistas, a quebra de qualquer unidade que alguma vez tenha existido no Terceiro Mundo, e o aparecimento dos movimentos sociais, particularmente o feminismo e o ambientalismo, que rompem com as categorias político-econômicas tradicionais, tais como o conceito de classe social. Entre os numerosos desafios intelectuais temos, por um lado, os estudos culturais questionando a ênfase que a economia política coloca nos estudos dos negócios de informação³. Por outro, um enfoque diversamente denominado *ciência política*⁴, teoria das escolhas públicas, expectativas racionais, e economia política positiva, que utiliza construtos econômicos, ou o que é conhecido como teoria econômica neo-clássica, para análise dos diferentes tipos de comportamentos sociais. Tais estudos enfatizam o compartilhamento amplo de poder entre os indivíduos, em lugar de destacar a concentração de poder em uma classe social dominante, como ocorre na economia política.

97

¹ Artigo baseado na comunicação apresentada à CAIS/ACSI '95, 23rd Annual Conference of the Canadian Association for Information Science / Association canadienne des sciences de l'information, realizada na School of Library and Information Studies, University of Alberta, Edmonton, de 7 a 10 de Junho de 1995. Faz parte do livro do autor *The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal* a ser publicado pela editora Sage de Londres. Pesquisa financiada pelo Social Sciences and Humanities Research Council. Tradução do artigo *Rethinking and renewing the political economy of information*, publicado no *Canadian Journal of Information and Library Science / Revue canadienne des sciences de l'information et de bibliothéconomie*, v. 20, n. 2, July/juillet, 1995, feita pela Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso (Escola de Biblioteconomia da UFMG) com autorização do editor.

² O autor pertence à School of Journalism and Communication, Carleton University, Ottawa - Canada

³ "Information business" no original (N.T.)

⁴ Optamos por usar o termo ciência política, uma vez que o termo original *policy science* é de difícil correspondência em português, devendo entretanto ser lembrado que o autor não usou a forma acadêmica *political science*, esta sim, correspondente à acepção adotada (N.T.)

2 O que é economia política?

Esta seção aborda o significado da economia política considerando a forma como ela é definida, suas características e suas principais abordagens.

2.1 Definições de economia política

Duas definições de economia política sintetizam o amplo espectro de enfoques específicos e gerais da disciplina. Em sentido estrito, economia política é o *estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos informacionais*. Esta formulação tem certo valor prático porque direciona a atenção para a forma de operação dos negócios: por exemplo, como os produtos da informação ligam a cadeia dos produtores primários aos atacadistas, aos varejistas e aos consumidores, cujas compras, aluguéis e investimentos realimentam novos processos de produção. Todavia, a ambiguidade acerca do que constitui um produtor, um distribuidor ou um consumidor impõe a necessidade de cuidado no emprego desses conceitos.

Uma definição mais genérica e ambiciosa de economia política é *o estudo do controle e da sobrevivência na vida social*. O controle refere-se especificamente à organização interna da sociedade e aos processos de adaptação a mudanças. A sobrevivência significa o modo como as pessoas produzem aquilo que é necessário para a reprodução e continuidade sociais. Segundo esta leitura, os processos de controle são principalmente políticos, uma vez que constituem a organização social dos relacionamentos dentro de uma comunidade, enquanto os processos de sobrevivência são econômicos, pois preocupam-se com os processos de produção e reprodução. A força desta definição reside no fato de fornecer à economia política o fôlego para englobar todas as atividades humanas e, por extensão, todos os processos orgânicos, uma tendência refletida nos campos em crescimento dos estudos ambientais e da biodiversidade (Benton, 1989)⁵. O principal obstáculo é que ela pode conduzir as pessoas a negligenciar aquilo que distingue a economia política humana - principalmente nossa consciência ou atenção - dos processos gerais de sobrevivência e controle na natureza.

2.2 Características da abordagem da economia política

Outra forma de descrever a economia política é ampliar seu significado para além das definições, focalizando o conjunto de qualidades centrais que caracterizam tal abordagem. Esta seção apresenta quatro conceitos - a história, a totalidade social, a filosofia moral e a práxis - que as diferentes escolas do pensamento político-econômico tendem a compartilhar (veja também Golding e Murdock 1991, e Buck-Morris 1995).

⁵ Nota do autor: Esta definição nasceu de uma sugestão que Dallas Smythe, o fundador da abordagem da economia política aos estudos de comunicação e informação, apresentou em uma série de debates comigo em dezembro de 1991.

2.2.1 História e mudança social

A economia política tem, consistentemente, se dedicado a entender a mudança social e as transformações históricas. Para os economistas-políticos clássicos dos séculos XVIII e começo do XIX, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, isto significou compreender a grande revolução capitalista, o imenso deslocamento social que transformou sociedades baseadas principalmente no trabalho agrícola em sociedades comerciais, manufatureiras e, posteriormente, industriais. Para Karl Marx significou examinar as forças dinâmicas dentro do capitalismo e entre esta e outras formas de organização político-econômica, visando ao entendimento do processo de mudança social que poderia, ele argumentava, finalmente transformar o capitalismo em socialismo.

Os economistas ortodoxos, que começavam a se unir contra a economia política no final do século XIX, buscaram estabelecer um conceito para a dinâmica da história e da mudança social, com a finalidade de transformar a economia política na ciência da economia, que, assim como a ciência da física, poderia fornecer explicações generalizáveis. De acordo com esta corrente, a ciência econômica estaria apta a explicar, precisamente, como compradores e vendedores conduziram as negociações para estabelecer preços nos mercados, mas não se ocuparia da análise dos amplos processos de mudança econômica e social que fornecem as condições para o estabelecimento de preços.

Os economistas-políticos contemporâneos, ocupando várias posições heterodoxas, distintas daquilo que se tornou a vertente principal das ciências econômicas, continuam a tradição da economia política clássica, tomando como objeto as mudanças e transformações sociais, enfocando agora questões como a transição de uma economia industrial para uma economia de serviços. Os estudos de informação e dos meios de comunicação desempenham um importante papel nesta pesquisa, porque suas indústrias e tecnologias são forças primordiais na criação de uma economia de serviços.

2.2.2 A totalidade social

A economia política caracteriza-se também pelo interesse em examinar o todo social - a totalidade das relações sociais que compõem as esferas econômica, política, social e cultural da vida. Desde o tempo de Adam Smith, cujo interesse em entender a vida social não era limitado pelas fronteiras disciplinares que marcam a vida acadêmica contemporânea, passando por Marx e até os teóricos institucionais, conservadores ou neo-marxistas da atualidade, a economia política tem, consistentemente, procurado estabelecer a unidade do político e do econômico, partindo de sua mútua influência e seu relacionamento com as esferas de atividades sociais e simbólicas. O economista-político pergunta: como se relacionam poder e riqueza? Como influenciam nossos sistemas de comunicação de massas, informação e entretenimento?

2.2.3 Filosofia moral

A economia política é ainda marcada pela sua ligação com a filosofia moral,

entendida como um interesse tanto nos valores que orientam o engendramento do comportamento social, quanto naqueles princípios morais que *devem* nortear os esforços para mudá-lo. Para Adam Smith, como evidenciado em seu livro *Theory of Moral Sentiments* (1976 [1759]), que ele preferia ao mais popular *Wealth of Nations* (1937[1776]), isto significava entender valores como interesse próprio, materialismo e liberdade individual, que estavam contribuindo para o aparecimento do capitalismo comercial. Já para Marx (1973,1976) a filosofia moral significava a contínua luta entre a percepção do valor individual e social do trabalho humano e a sua redução a simples mercadoria. A economia política contemporânea tende para o ponto de vista moral filosófico que coloca em primeiro plano a extensão da democracia a todos os aspectos da vida social. Isto significa ampliar o domínio da política, que garante o direito de participar no governo, também aos campos econômicos, sociais e culturais, onde o poder da riqueza adquire, agora, precedência sobre a equidade e a participação pública.

2.2.4 Praxis social

Do ponto de vista da economia política, a praxis social, ou a unidade fundamental do pensar e do fazer, ocupa uma posição central. Especificamente, visto que as posturas acadêmicas tradicionais separam, pelo menos formalmente, a esfera da pesquisa daquela da intervenção social, os economistas políticos, numa tradição que remonta às práticas pré-clássicas de proporcionar orientação e aconselhamento ao poder, têm, coerentemente, entendido a vida intelectual como um meio de transformação, e a intervenção social como uma forma de conhecimento. Eles podem diferir, fundamentalmente, sobre o que deveria caracterizar a intervenção - de Thomas Malthus, que defendia o controle populacional, a Marx que conclamou os trabalhadores à auto-realização na revolução - mas, concordam na percepção da artificialidade da dicotomia entre pesquisa e ação, que deve, portanto, ser superada.

2.3 Escolas de pensamento em economia política

2.3.1 Dois caminhos a partir da economia política clássica

A abordagem da economia política é também incorporada por muitas correntes de pensamento que garantem pluralidade de pontos de vista e vigoroso debate interno. A mais importante divisão argumentativa surgiu em resposta à economia política clássica de Adam Smith e seus seguidores.

2.3.2 Da economia política clássica à ciência econômica

Um conjunto que, posteriormente veio a constituir a economia contemporânea, pretendia basear-se na perspectiva clássica que considerava o indivíduo como primeira unidade de análise e o mercado como estrutura fundante, com o encontro de ambos no processo central: a deliberação individual como indicativa de demandas ou necessidades para o mercado. Com o passar do tempo, esta proposta, progressivamente, eliminou o interesse clássico pela história, pela totalidade social, pela filosofia moral e pela práxis, culminando por transformar a

economia política na ciência da economia, baseada na investigação empírica do comportamento do mercado, traduzido em linguagem matemática. Esta abordagem, amplamente conhecida como *economia neoclássica* - ou, em reconhecimento da sua hegemonia como posição ortodoxa, simplesmente *economia* - reduziu o trabalho a apenas um dentre os fatores de produção. O trabalho, juntamente com a terra e o capital, é valorizado somente por sua produtividade: sua capacidade de aumentar o valor de mercado do produto final (Marshall 1961[1890], Jevons 1965).

2.3.3 Da economia política clássica à contemporânea

Um segundo conjunto de estudos opõe-se a esta tendência pela retenção da preocupação clássica com a história, a totalidade social, a filosofia moral e a práxis, ainda que isso significasse desistir do objetivo de criar uma ciência positiva. Este conjunto constitui uma ampla variedade de abordagens acerca da economia política. Uma primeira corrente foi liderada por diversos grupos: conservadores que pretendiam substituir o individualismo de mercado de Smith pela autoridade coletiva da tradição (Tennyson 1984); Socialistas Utópicos, que aceitavam a fé clássica na intervenção social mas, colocando a comunidade acima do mercado (Owen 1851); e marxianos, que recolocaram o trabalho e a luta de classes no centro da economia política. As formulações subseqüentes erigidas sobre estas perspectivas, legaram-nos a ampla gama de formulações contemporâneas.

Embora a ciência econômica ocupe o centro e centro-direito do espectro político acadêmico, uma economia política neoconservadora floresce em trabalhos como os de George J. Stigler (1988), James M. Buchanan (Brennan e Buchanan 1985), e Ronald Coase (1968,1991), recentemente premiados com o Nobel de economia, que aplicam as categorias da economia neo-clássica a todo comportamento social (para descrever mercados em famílias, sexualidade, crime etc.) com o objetivo de expandir a liberdade individual.

A economia política institucional assume uma leve perspectiva de centro-esquerda, argumentando - por exemplo, nos trabalhos de Galbraith (1985) inspirados principalmente em Veblen (1934[1899],1932) - que os limites institucionais e tecnológicos moldam os mercados com vantagens para os governos e corporações suficientemente grandes e poderosos para controlá-los. Entre suas realizações, os institucionalistas produziram histórias econômicas do trabalho e dos sindicatos que desafiaram a estreita concepção individualista dos economistas ortodoxos. Eles também contribuíram com o modelo para estudo do modo como as grandes empresas de comunicação controlam a produção e distribuição de produtos de informação, a fim de restringir a diversidade de conteúdos, especificamente pela exclusão de trabalhos que desafiem a perspectiva pró-empresa.

As abordagens neo-marxianas, incluindo aquelas da Escola Francesa de Regulação (Lipietz 1988), a teoria do sistema mundial (Wallerstein 1979), e outras envolvidas no debate acerca do Fordismo (Foster 1988), continuam a considerar o trabalho como centro da análise, sendo responsáveis pelos debates sobre as relações entre o capitalismo monopolista, a automação e a desqualificação do trabalho, e o crescimento da divisão internacional do trabalho.

Finalmente, os movimentos sociais geraram sua própria escola de economia política: principalmente uma vertente feminista, que questiona a persistência do

patriarcado, especificamente, buscando as razões pelas quais o trabalho doméstico não é considerado (Waring 1988); e outra, ambientalista, voltada para as ligações entre o comportamento social e o macro-ambiente orgânico (Benton 1989).

3 A economia política da informação

3.1 Na América do Norte

Os estudos de informação e comunicação fundamentaram-se em diferentes perspectivas de análise político-econômica. No estágio atual de seu desenvolvimento, a economia política da informação pode ser analisada a partir de um enfoque que enfatiza o regional. Embora existam importantes exceções e interesses convergentes, os enfoques norte-americanos, europeus e terceiro-mundistas diferem, suficientemente, de forma a permitirem uma análise diferenciada. Além disso, a abordagem político-econômica da informação ainda não se encontra bastante desenvolvida teoricamente, para ser explicada através de um único mapa analítico.

A pesquisa norte-americana vem sendo largamente influenciada pelas contribuições de duas figuras fundadoras, Dallas Smythe e Herbert Schiller. Smythe idealizou o primeiro curso de economia política de mídia na Universidade de Illinois e foi o primeiro de quatro gerações de acadêmicos reunidos em torno da economia política dos estudos da informação e da comunicação⁶. Schiller, que durante algum tempo trabalhou com Smythe na Universidade de Illinois, exerceu semelhante influência sobre diversas gerações de economistas políticos.

Seu enfoque para os estudos de informação inspira-se tanto na tradição institucional quanto na marxiana. O interesse deles no crescimento, em tamanho e poder dos negócios transnacionais de informação os situa, certamente, na escola institucional, embora o interesse pelas classes sociais e o imperialismo da mídia imprima a seus trabalhos um foco marxiano definido. Entretanto, eles demonstraram pouco interesse (comparados, por exemplo, com os estudiosos europeus) em estabelecer uma proposição teórica explícita sobre a informação. O seu trabalho - e, através de sua influência, uma grande quantidade de pesquisas nesta região - tem sido orientado mais propriamente pelo sentimento de injustiça, uma vez que a indústria da informação se tornou parte integrante da ampla ordem corporativa, que é a um só tempo exploradora e não democrática. Ainda que tenham se ocupado sobretudo com o impacto em suas respectivas regiões, Smythe e Schiller desenvolveram um programa de pesquisas que acompanha o crescimento do poder e da influência das corporações transnacionais de comunicação através do mundo (Schiller 1969[1992], 1989; Smythe 1981).

Em parte devido à influência de ambos, a pesquisa norte-americana tem produzido ampla literatura sobre as manifestações do poder das corporações transnacionais sobre a indústria, as empresas e os governos, sendo reconhecida sua preocupação em participar dos movimentos sociais, inclusive os de oposição,

⁶ Nota do autor: O aluno de Smythe, Thomas Guback trabalha com a economia política do cinema na Universidade de Illinois; Janet Wasko, aluna de Guback, também trabalha na mesma área na Universidade de Oregon; e um aluno dela, Jack Banks, faz pesquisa sobre a economia política da música na Universidade de Hartford.

visando a introduzir mudanças na mídia dominante e a criação de alternativas (Wasko e Mosco 1992). O objetivo principal do seu trabalho é despertar o interesse público acerca dos órgãos governamentais promotores de políticas e de regulamentações. Este interesse inclui o suporte aos movimentos sociais que têm tido um papel ativo junto aos organismos internacionais, como a Unesco, na defesa de uma nova ordem internacional econômica, de informação e de comunicação (Roach 1993).

3.2 Na Europa

3.2.1 Poder e luta de classes

A pesquisa européia apresenta-se menos claramente relacionada com figuras fundantes específicas. Embora esteja, também, conectada com os movimentos de mudança social, em particular a defesa dos sistemas e serviços públicos de informação e mídia, os trabalhos de ponta na região têm estado mais preocupados em inserir a pesquisa sobre informação no conjunto das várias tradições da economia política. São duas as principais direções tomadas por estas pesquisas. A primeira - mais forte nos trabalhos de Garnham (1990) e de Golding e Murdock (1991; Murdock e Golding 1979) - tem enfatizado o poder à partir de uma perspectiva de classe. Erigida sobre a tradição da Escola de Frankfurt, bem como sobre o trabalho de Raymond Williams, ela documenta a integração das instituições de informação, sobretudo as lideranças responsáveis pelos negócios e pelas políticas estatais, no quadro da economia capitalista mais ampla e a resistência das classes subalternas e dos movimentos sociais, refletida principalmente na oposição às práticas estatais neo-conservadoras, que resultaram em liberalização, comercialização e privatização dos negócios da informação.

Uma segunda vertente destaca os conflitos de classe, sendo mais marcante no trabalho de Armand Mattelart (1992[1986],1983). Mattelart inspirou-se em uma série de tradições, incluindo a teoria da dependência, o marxismo ocidental e a experiência mundial dos movimentos nacionalistas de libertação para compreender a informação como uma dentre as principais fontes de resistência ao poder. Seu trabalho demonstrou como os povos do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina (onde Mattelart atuou como consultor do governo do Chile), usaram os meios de comunicação de massas em oposição ao controle ocidental, para criar uma mídia local de notícias e entretenimento.

3.3 No Terceiro Mundo

3.3.1 Os meios de comunicação de massas e o desenvolvimento

A pesquisa sobre a economia política da informação no Terceiro Mundo tem coberto uma vasta área de interesse, embora a corrente mais importante tenha crescido em resposta ao modelo desenvolvimentista ou de modernização, originado das tentativas ocidentais (principalmente americanas) de incluir a informação em um esquema explicativo adaptado às principais correntes intelectuais e aos interesses políticos. Esta corrente teórica sustentava a tese de ser a mídia um recurso - assim

como a urbanização, a educação e outras forças sociais - que estimularia a modernização econômica, social e cultural. Como resultante, o crescimento da mídia foi visto como um indicador de desenvolvimento. Apoiados em teorias variadas como dependência, sistema mundial, e outras vertentes da economia política neo-marxiana internacional, os economistas políticos do Terceiro Mundo desafiaram as premissas fundamentais desse modelo teórico, especialmente o seu determinismo tecnológico e a inexistência de praticamente qualquer interesse sobre as relações de poder, que configuram os termos dos relacionamentos entre as nações do Primeiro e Terceiro Mundo, bem como sobre as relações de classes entre as nações e em seu interior (Boafo 1991, Cardoso 1979, Roncagliolo 1986, Tang e Chan 1990).

3.3.2 Comunicação por computador e desenvolvimento

A falência dos modelos desenvolvimentistas que haviam patrocinado os investimentos na mídia, impôs aos teóricos da modernização a busca de novos esquemas, tendendo a incorporar as telecomunicações e as novas tecnologias computacionais ao conjunto (Jussawalla 1986). Os economistas políticos têm respondido a essa perspectiva teórica principalmente pela análise do poder das novas tecnologias em integrar uma divisão global do trabalho. Um primeiro grupo de pesquisas ressaltou a divisão em termos territoriais: o trabalho não qualificado concentrado nas nações mais pobres, o trabalho semiqualficado e de montagens mais complexas nas sociedades semiperiféricas, enquanto a pesquisa, o desenvolvimento e o planejamento estratégico ficaram circunscritos às matrizes das corporações no Primeiro Mundo, que é para onde flui o grosso dos lucros. Pesquisas mais recentes apontaram que as divisões de classes ultrapassam os limites territoriais: sendo central para a crescente divisão internacional do trabalho a implantação de normas flexíveis para as empresas controladoras do conjunto das tecnologias, que ultrapassam os limites tradicionais de tempo e espaço (Harvey 1989, Morris-Suzuki 1986, Sivanandan 1989).

4 Repensando a economia política

Embora muitos dos trabalhos deste campo (inclusive aqueles aplicados à pesquisa de informação) tenham reconhecido a sua contribuição à vida intelectual e social, subsistem preocupações acerca da necessidade de repensar e renovar a economia política à luz dos avanços recentes. Esta seção responde à esta efervescência geral, sugerindo alguns pontos iniciais através dos quais se pode repensar a economia política e nortear a pesquisa em estudos informacionais.

4.1 Pressupostos Filosóficos

4.1.1 Epistemologia

Os fundamentos filosóficos da abordagem da economia política para a pesquisa em informação fornecem um importante ponto de partida. Baseado na recente literatura crítica que reflete o desenvolvimento da área, pretendo apresentar princípios epistemológicos e ontológicos básicos (Gandy1992, Golding e Murdock1991).

Uma epistemologia é uma teoria da teoria, ou uma tentativa para compreender como conhecemos as coisas. A economia política da informação necessita ser fundamentada em uma epistemologia *realista, inclusiva, constitutiva e crítica*. É realista quando reconhece a realidade de conceitos e práticas sociais, desta forma evitando enfoques idealistas e nomotéticos (que discutem respectivamente apenas a realidade do discurso ou rejeitam as premissas de realidade, tanto de conceitos como de práticas). Partindo deste ponto, a economia política é *inclusiva* porque rejeita o essencialismo, que quer reduzir todas as práticas sociais a uma única explicação política econômica, favorecendo uma abordagem que entende os conceitos como aberturas para a compreensão do campo social (Resnick e Wolff 1987). A escolha de certos conceitos e teorias, em detrimento de outros, significa que a economia política os prioriza como instrumentos explicativos úteis e não que sejam afirmativas da melhor, ou única, forma de entender as práticas sociais. Além disto, a epistemologia é *constitutiva* porque reconhece os limites das determinações causais - inclusive o pressuposto de que as unidades de análise social interagem como um conjunto homogêneo e de forma linear - entendendo a vida social como um conjunto de processos mutuamente constitutivos, atuando uns sobre os outros, em estágios diversos de formação e com uma direção e impacto que só podem ser compreendidos através de pesquisas específicas. Finalmente, é um enfoque *crítico* porque vê o conhecimento como produto de interações entre os diferentes campos de saber e os valores sociais. Por exemplo, minha economia política é crítica porque situa o conhecimento adquirido nas pesquisas em relação a outros corpos de conhecimento, como economia neoclássica, ciência política pluralista e estudos culturais. Indo além, ela confronta o conhecimento político econômico com os valores da democracia social, incluindo a participação pública e a igualdade, que orientam minha prática.

4.1.2 Ontologia

A ontologia é uma reflexão sobre o sentido do ser, que, em geral, estabelece a dicotomia entre ver as coisas como estruturas ou como processos. Contrariamente ao enfoque tradicional da economia política, que se concentra nas estruturas como as empresas ou o estado, repensar a economia política conduz à ênfase nas mudanças, nos processos e nas relações sociais. Esta perspectiva significa que a pesquisa parte do princípio de que a mudança social é ubíqüa, que estruturas e instituições estão sempre mudando e que, portanto, é mais útil desenvolver pontos de análise que caracterizam processos do que nomear instituições. Orientado por este princípio, desenvolvo um modelo analítico da economia política com três categorias básicas, iniciando com a *mercantilização*⁷: processo de transformar uso em valor de troca. Em seguida, o modelo se dirige para a espacialização: transformação de espaço e tempo, ou o processo de extensão institucional e, finalmente, para a *estruturação*, que é o processo de constituir estruturas com os agentes humanos e sociais. O detalhamento destes processos não substitui estruturas e instituições, o que, de certo modo, significaria trocar uma forma de

⁷ Os processos indicados pelo autor aparecem no original como: "commodification", "spatialization" e "structuration" . (N.T).
"Commodities", no original. (N.T)

essencialismo por outra, mas, ao contrário, pretende fornecer pontos importantes na composição de uma teoria substantiva da economia política: uma escolha preferencial de um conjunto de significados possíveis para o entendimento do campo social.

4.2 Pontos principais

4.2.1 Mercantilização

A mercantilização tem sido entendida, há muito tempo, como o processo de tomar bens e serviços que adquirem um valor em função de seu uso - como alimentos para saciar a fome, estórias para transmitir informação - e transformá-los em mercadorias⁸ que são cotadas pelo valor que podem obter no mercado.

O processo de mercantilização apresenta uma significação dupla para a pesquisa em informação. Em primeiro lugar, as práticas e tecnologias informacionais contribuem para o processo de mercantilização geral em curso na sociedade. Por exemplo, a introdução da comunicação por computador confere a todas as corporações, lidem ou não com negócios informacionais, um maior controle sobre todo o processo de produção, distribuição e comércio, permitindo-lhes monitorar vendas e estoques com crescente precisão. Isto possibilita às companhias produzir e despachar apenas as mercadorias que, sabem, serão vendidas rapidamente, reduzindo, desse modo, os custos de estocagem e publicidade. Em segundo lugar, a mercantilização é um ponto chave para a compreensão das práticas e instituições informacionais específicas. Por exemplo, a expansão da mercantilização em âmbito mundial nos anos oitenta, respondendo parcialmente ao declínio global do crescimento econômico, levou a uma crescente comercialização da informação, à privatização das instituições públicas de mídia e telecomunicações e à liberalização dos mercados de informação.

A economia política da informação tem se destacado pela ênfase na descrição e exame do significado destas formas estruturais, principalmente nos negócios e no governo, responsáveis pela produção, distribuição e troca de mercadorias de comunicação e pela regulação do mercado de informações. Embora não tenham sido negligenciados a própria mercadoria e o processo de mercantilização, a tendência tem sido de focalizar as corporações e as estruturas e instituições estatais. Ao se ocupar da mercadoria, a economia política tem se concentrado no conteúdo da mídia e, em menor proporção, nos seus usuários, mas, surpreendentemente, tem dedicado pouca atenção ao trabalho.

4.2.2 Espacialização

O segundo ponto de partida é a espacialização, ou o processo de superar as limitações de espaço e tempo na vida social. Os economistas políticos clássicos como Adam Smith e David Ricardo consideraram necessário dedicar atenção considerável ao problema de como atribuir valor ao espaço, e o desenvolvimento de sua teoria trabalhista do valor estava mesclada com o problema de como definir e mensurar o tempo de trabalho. Marx (1973) aproxima-se de nosso interesse aqui ao

⁸ Em latim no original.(N.T)

afirmar que o "*capitalismo aniquila o espaço com o tempo*". Com esta afirmativa, ele queria dizer que o capital se utiliza dos meios de transporte e de comunicação para diminuir o tempo gasto nos deslocamentos de bens, pessoas e mensagens no espaço. Teóricos recentes (Lash e Urry 1987) modificam esta percepção sugerindo que, em lugar de aniquilar o espaço, o capital transforma-o. Eles destacam que pessoas, produtos e mensagens devem estar em algum lugar, e que é este lugar que está sofrendo significativas modificações, evidenciadas, por exemplo, nos redirecionamentos da divisão internacional do trabalho.

A espacialização é semelhante aos conceitos utilizados pelos geógrafos e sociólogos para analisar as mudanças estruturais trazidas pelos usos transformados do espaço e tempo. Giddens (1990) refere-se à centralidade do *distanciamento tempo-espaço* ao examinar o declínio de nossa dependência do tempo e do espaço. Ele sugere que este processo expande a disponibilidade do tempo e do espaço, como recursos, para aqueles que querem fazer uso deles. Harvey (1989) identifica a *compressão espaço-tempo* para sugerir como o mapa efetivo do mundo está encolhendo, também para aqueles que podem tirar vantagens disso. Castells (1989) chama nossa atenção para a diminuição da importância do espaço físico, o espaço dos lugares, e a crescente significação dos espaços dos fluxos, afirmando que o mapa do mundo está sendo redesenhado de acordo com fronteiras estabelecidas pelos fluxos de pessoas, bens, serviços e mensagens, criando o que Massey (1992) identifica como uma *geometria do poder* transformada.

A informação é central para a espacialização, porque os processos e a tecnologia da comunicação e da informação promovem a flexibilidade e o controle no âmbito da indústria, principalmente nos setores comunicacional e informacional. A espacialização compreende o processo de globalização, isto é, a reestruturação mundial das indústrias e corporações empresariais. A reestruturação, no nível industrial, é exemplificada pelo desenvolvimento integrado dos mercados, baseado nas tecnologias digitais e, no nível das corporações empresariais, pelo crescimento da empresa flexível ou *virtual*, que se utiliza dos sistemas de informação e comunicação para a contínua modificação na estrutura, na linha de produção, no *marketing* e nas relações com outras companhias, fornecedores, força de trabalho e clientes.

A economia política da informação tem, tradicionalmente, analisado a espacialização como a extensão institucional do poder corporativo na indústria da informação, manifestada no crescimento do tamanho das companhias, seja pelos equipamentos, vendas, lucros, aumento da força de trabalho e do valor dos estoques. A economia política tem examinado tal crescimento especialmente pelo destaque de diferentes formas de concentração corporativa (Herman e Chomsky 1988). A concentração horizontal tem lugar quando uma companhia de um determinado ramo compra o interesse majoritário em outra companhia, não diretamente relacionada ao seu negócio original. O exemplo típico da concentração cruzada de mídias é a compra por uma firma de um setor tradicional - como a imprensa - de uma companhia do setor inovador, como uma estação de televisão. A concentração vertical descreve o amálgama de firmas dentro de um setor de negócios que estende o controle da companhia sobre o processo de produção. Os economistas políticos da informação têm dado atenção significativa à extensão da integração transnacional à medida que companhias tais como Time-Warner, Microsoft, News Corp., IBM, Matsushita, Havas,

Fininvest, Sony, Bell Canada e Rogers transformam-se em conglomerados transnacionais que agora rivalizam, em tamanho e poder, com corporações de qualquer ramo industrial. A pesquisa está começando a analisar o desenvolvimento de formas flexíveis de poder corporativo, evidenciado nas *joint-ventures*, alianças estratégicas, contratos de curta duração e acordos temporários para projetos específicos, que associam companhias, ou parte delas, até mesmo envolvendo competidores. Estes tipos de arranjo aproveitam-se da flexibilidade dos meios de comunicação, que permite ligarem-se ou separarem-se conforme os interesses mútuos. Foram arranjos semelhantes que permitiram reunir companhias de mídia como a Time-Warner e a francesa Canal Plus, gigantes da computação como IBM e Apple, e líderes do ramo das telecomunicações como AT&T, France Telecom e Deutsche Bundesposte.

Outra vertente da economia política tem-se dedicado à análise da divisão internacional do trabalho e da internacionalização das forças produtivas (Sussman e Lent 1991). Uma consequência da espacialização é o desenvolvimento dos mercados globais de trabalho. As empresas podem agora aproveitar-se dos salários diferenciados, qualificação profissional e outras características importantes, em uma escala internacional. Muitas das primeiras pesquisas em economia política nesta área dedicaram-se a estudar a expansão da indústria de equipamentos de computação e informação (Sudeste Asiático) e de entrada de dados sobre negócios (Caribe) no Terceiro Mundo, para onde as companhias foram atraídas pelos baixos salários aliados a leis autoritárias (Heyzer 1986, Sussman 1984). Mais recentemente, o foco das pesquisas ampliou-se para abarcar o crescente interesse das corporações por regiões do mundo menos desenvolvidas, que tenham salários relativamente baixos mas com mão de obra qualificada, necessária em setores como o de desenvolvimento de *software* (Yourdon 1989), ou mesmo no mundo desenvolvido, onde um exemplo é o crescimento da produção estadunidense de filmes e vídeos em Toronto, Vancouver e outras partes do Canadá.

O crescimento da divisão internacional do trabalho em informação tem elevado o interesse pelo internacionalismo do trabalho no setor. Isso implica fazer uso dos meios de comunicação, inclusive das novas tecnologias, para estabelecer elos próximos entre as classes trabalhadoras e os interesses sindicais para além das fronteiras nacionais (Waterman 1990). Também aqui, como ocorre na maioria da literatura sobre comodificação do trabalho em informação, apenas recentemente começou-se a enfocar o que se constitui no tema central em outros campos da economia política. Assim, a economia política da informação necessita resistir às tendências perceptíveis na literatura de um pensamento essencialista sobre espacialização, através da adoção de uma perspectiva político-econômica do nacionalismo e outras formas de regionalismos. O mapa-mundi não está sendo redesenhado apenas para se adaptar às modificações no espaço dos fluxos globais: paralelamente à globalização, estamos assistindo ao ressurgimento dos nacionalismos e de localismos dentro dos nacionalismos, que contribuem e conflitam com as tendências globalizantes. Finalmente, estes processos nacionalistas e locais também devem ser estudados em face do socialismo, que historicamente é a principal alternativa à economia política capitalista global (Ahmad, 1992).

4.2.3 Estruturação

O terceiro ponto de análise é a estruturação, um processo que, recentemente, ganhou evidência com os trabalhos do sociólogo Anthony Giddens (1984). A estruturação descreve como as ações humanas constituem estruturas que fornecem o próprio "medium"⁹ dessa constituição. Isto vem acrescentar uma feição contemporânea à afirmação de Marx, de que as pessoas fazem a história, mas não sob condições por elas determinadas. Nesse sentido, a pesquisa baseada na estruturação auxilia a equilibrar a tendência da análise político-econômica em concentrar-se nas estruturas, especialmente organizações governamentais e de negócios, incorporando as noções de agentes, processos e práticas sociais. Concretamente, isso significa ampliar a concepção de classe social para além de seu sentido estrutural, definido em termos de porquê uns têm posses e outros não, para incorporar tanto a significação relacional quanto a constitucional do conceito.

Uma perspectiva relacional das classes sociais destaca, por exemplo, as conexões entre capital e trabalho e as formas como o trabalho se estabelece nesta relação, como uma força independente por direito próprio. Isto não retira o valor de se entender classe, em parte, como uma designação para as diferenças entre proprietários e *não-proprietários*. Sob essa visão, a economia política da informação tem se ocupado em produzir pesquisa que documente as iniquidades persistentes em sistemas de informação, particularmente no que diz respeito ao acesso aos meios de informação e à reprodução destas iniquidades nas instituições sociais (Golding e Murdock 1981, Schiller1989). Isto tem sido aplicado ao trabalho, especialmente em pesquisas sobre como a informação e as tecnologias informacionais têm sido usadas para automatizar e desqualificar, mais do que para enriquecer ou, nos termos de Zuboff (1989), "*informatizar*" o trabalho (Webster e Robins 1986). Demonstra também como os meios de informação servem à mensuração e monitoramento de tarefas em sistemas de supervisão que ampliam o controle gerencial sobre a totalidade do processo de trabalho em detalhes precisos (Clement 1992).

Repensar a perspectiva da economia política da informação significa expandir as categorias conceituais, com uma visão da relação de classes definida segundo as práticas e processos que interligam os segmentos de uma classe. Nesta visão, a classe trabalhadora é definida não apenas pela falta de acesso aos meios de informação, mas pelas suas relações de harmonia, dependência e conflito com a classe capitalista. Além disso, uma concepção constitucional de classe percebe a classe trabalhadora como produtora da sua própria identidade - ainda que tênue, volátil e contraditória - em relação ao capital e independentemente dele. Os economistas políticos têm tentado corresponder a este enfoque constitucional de classe, embora a literatura sobre a classe trabalhadora e sobre o trabalho se ocupe do tema de forma mais direta (por exemplo, McChesney 1993).

A questão é que existe uma necessidade urgente de se analisarem as práticas informacionais desenvolvidas pelos movimentos de classe alternativos e de oposição, indo desde as lutas revolucionárias na América Latina, Ásia, África e Leste Europeu, onde a criação de meios de comunicação massivos e de canais de informação fizeram parte das revoluções, até à mídia alternativa no Ocidente, que

⁹ Foram mantidas as referências bibliográficas como indicadas no original (N.T).

oferece outras opções ao senso-comum capitalista. Não se trata de engajamento em celebrações românticas, mas de demonstrar como as classes se engendram, como fazem sua história, face a uma análise bem fundamentada das condições que restringem essa atividade de fazer a história.

Repensar também significa equilibrar outra tendência em economia política: quando se direciona a atenção para agentes, processos e práticas sociais, tende-se a focalizar as classes sociais. Contudo, existem outras dimensões da estrutura que complementam e conflitam com a estruturação de classes, incluindo gênero, raça e aqueles movimentos sociais amplamente definidos que, paralelamente com a classe, estabelecem muitas das relações sociais da informação. Diferentemente de outros enfoques, a economia política não tem permanecido silenciosa em questões de gênero embora, normalmente, trate este tema como uma dimensão das relações de classe. Por exemplo, isto foi feito na pesquisa sobre tecnologias de informação e divisão internacional do trabalho, que se ocupou da dupla opressão que as mulheres trabalhadoras enfrentam em indústrias como a microeletrônica, onde elas recebem os mais baixos salários e experimentam as condições de trabalho mais brutalizantes (Wright 1987). Além disso, embora os estudos de informação tenham se ocupado intensamente com o imperialismo, principalmente pelo exame do papel da mídia e da tecnologia da informação na manutenção do controle das sociedade ricas sobre as pobres, o que foi feito permitiu fazer avançar a compreensão de que o mundo é dividido por classes ou (embora menos frequentemente) por gênero, e não apenas por raças. Mas não é necessário focalizar a África do Sul para reconhecer que as divisões raciais são as constituintes principais das múltiplas hierarquias da economia e da política global contemporâneas e que as raças, tanto como categoria quanto como relação social, ajudam a explicar o acesso aos recursos nacionais e globais, incluindo informação, mídia e tecnologia informacional (Ahmad 1992, Sivanandan 1989).

Uma das principais atividades da estruturação é o processo de construção da hegemonia, definida como aquilo que é incorporado ou contestado como a forma dada, do senso comum e natural de se pensar o mundo, englobando tudo, desde a cosmologia, passando pela ética até as práticas sociais do cotidiano. A hegemonia é uma rede viva de significados e valores mutuamente constituintes, os quais, como são experienciados enquanto práticas, aparecem como sendo reciprocamente confirmados. Por exemplo, embora a economia política apreenda os agentes mais como atores sociais que individuais, ela reconhece a significação do processo hegemônico de individuação. O conceito, principalmente como proposto por Poulantzas (1978) refere-se às práticas de redefinir os atores sociais - capital e trabalho particularmente - como sujeitos individuais, cujo valor decorre dos direitos, expressões e exercícios individuais da responsabilidade política em votar e da liberdade individual de consumo.

Os economistas políticos da informação documentam as formas como os meios massivos de comunicação promovem a individuação e demonstram que estas ações, tomadas em nome do estado mas conduzidas segundo interesses de classe, isolam os indivíduos uns dos outros, de suas identidades sociais, e daqueles que detém o poder de conduzir o processo de individuação. Esses analistas descrevem também as formas como algumas mídias e canais de informação, ainda que marginalizados, resistem, participando do processo hegemônico de individuação

criando possibilidades de expressão coletiva e democrática. Os economistas políticos concluem que, fora das tensões e choques no interior dos vários processos estruturais, a mídia pode ser organizada em ramificações alternativas e de oposição (Williams 1975).

5 Desafios nas áreas de fronteiras

Repensar e renovar a economia política requer ainda um olhar através das relações entre esta disciplina e aquelas com que partilha fronteiras. Embora, certamente, se possa mapear o universo das disciplinas acadêmicas de inúmeras formas é útil situar a economia política da informação contrapondo, de um lado, os estudos culturais e de outro, os estudos políticos.

5.1 Desafios a partir dos estudos culturais

A abordagem dos estudos culturais corresponde a um movimento intelectual de bases amplas, concentrado na constituição do sentido através de textos, definidos amplamente de modo a incluir todas as formas de informação social (During 1993). Este enfoque engloba numerosas correntes e fissuras que se nutrem mutuamente, podendo contribuir para o processo de renovar a economia política de diversos modos.

Os estudos culturais estão abertos a uma ampla crítica do positivismo ou à visão de que a observação sensível é a única fonte de conhecimento. Além disso, defendem uma abordagem filosófica abrangente que destaca a construção subjetiva e social do conhecimento. Têm, também, se direcionado a ampliar a compreensão do objeto que compõe a substância das análises culturais, começando pela premissa de que a cultura é comum, produzida por todos os atores sociais e não apenas por uma elite privilegiada, e que o social é organizado em torno de divisões e identidades de nacionalidade e de gênero, tanto quanto pelas classes sociais.

Embora a economia política possa aprender destes pontos de análise, ela pode, igualmente, contribuir para se repensarem os estudos culturais. Ainda que se fundamente em uma abordagem filosófica, aberta à subjetividade e amplamente inclusiva, a economia política insiste em uma epistemologia realista que mantenha o valor da pesquisa histórica, do pensar em termos da totalidade social concreta, dos compromissos morais e da superação da distinção entre pesquisa e prática social. Portanto, ela se distancia daquela tendência nos estudos culturais que Pêcheux chama de o narcisismo do sujeito, assim como da inclinação a rejeitar o pensamento em termos das práticas históricas e dos conjuntos sociais.

A economia política também recusa a crescente propensão a um obscurantismo nos estudos culturais, que desmente o pressuposto original de que a análise cultural deveria ser acessível às pessoas comuns, que são as responsáveis pela sua constituição social. Finalmente, evita a propensão nos estudos culturais a rejeitar análises do trabalho e seus processos, em benefício do exame da produção social do consumo, e da resultante tendência, dentre alguns da escola dos estudos culturais, em negar ao trabalho qualquer valor nos movimentos contemporâneos pelas mudanças sociais (Luke 1989).

5.2 Desafios a partir da ciência política

A economia política pode também crescer a partir das contribuições da ciência política, cujo lado político vem colocando o estado como centro da análise, e cujo lado econômico objetiva estender a aplicação da teoria econômica neo-clássica primitiva a um amplo espectro da vida política, social e cultural (Posner 1992, Stigler 1988).

A tendência da economia política tem sido de enxergar o estado e outras forças *superestruturais* a partir da configuração específica do capital dominante no período e, assim, adota uma perspectiva que privilegia o papel ativo do estado. Além disso, ambas, economia política e ciência política, compartilham o interesse em expandir a análise para o conjunto da sociedade, voltando o olhar para a transformação social. Contudo, a economia política distancia-se, fundamentalmente, da tendência da ciência política a uma análise política pluralista que considera o estado como o árbitro, independente do equilíbrio amplo das forças sociais, nenhuma sendo influente. Contra isso, a economia política insiste no poder do capital e no processo de mercantilização como ponto de partida da análise social.

Ademais, a economia política rejeita a tendência da ciência política em construir sua análise da sociedade e dos valores que deveriam guiar sua transformação sobre o individualismo e a racionalidade do mercado. Em contraposição a isto, insiste nos processos sociais, começando pelas classes sociais e pelo trabalho, colocando a comunidade e a vida pública em oposição ao mercado e à racionalidade que, na verdade, reproduzem o poder de classe.

Referências bibliográficas¹⁰

- Ahmad, Aijiz. 1992. In *theory: classes, nations, literatures*. London: Verso.
- Benton, Ted. 1989. Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. *New Left Review* n.178 (November-December):51-86.
- Boafo, S.T.Kwame. 1991. Communication technology and dependent development in Sub-Saharan Africa. In *Transnational communications: wiring the Third World*, ed. Gerald Sussman and John A. Lent, 103-24. Newbury Park, Ca: Sage.
- Brennan, Geoffrey, and James M. Buchanan. 1985. *The reason of rules: constitutional political economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buck-Morris, Susan. 1995. Envisioning capital: political economy on display. *Critical Inquiry* 21:434-67.
- Cardoso, F.H., and E. Faletto. 1979. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- Castells, Manuel. 1989. *The informational city: information technology, economic restructuring, and urban-regional process*. Oxford: Basil Blackwell.
- Clement, Andrew. 1992. Electronic workplace surveillance: sweatshops and fishbowls. *Canadian Journal of Information Science*, 17(4):18-45.
- Coase, R.H. 1991. *The nature of the firm: origins, evolution, and development*. New York: Oxford University Press.
- Coase, R.H. and Edward W. Barrett. 1968. *Educational TV: who should pay?* Washington: American Enterprise Institute for Public Policy.
- During, Simon, ed. 1993. *The cultural studies reader*. London: Routledge.
- Foster, John Bellamy. 1988. The fetish of Fordism. *Monthly Review* 39(March):14-20.
- Galbraith, John Kenneth. 1985. *The new industrial state*. 4th ed. Boston: Houghton Mifflin.
- Gandy, Oscar H., Jr. 1992. The political economy approach: a critical challenge. *Journal of Media Economics* 5(Summer):23-42.

¹⁰ Foram mantidas as referências bibliográficas como indicadas no original (N.T.).

- Garnham, Nicholas.1990.*Capitalism and communication: global culture and the economics of information*. London:Sage.
- Giddens, Anthony.1984. *The constitution of society: outline of a theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Giddens, Anthony.1990.*The consequences of modernity*. Stanford,CA: Stanford University Press.
- Golding, Peter, and Graham Murdock.1991. Culture, communication, and political economy. In *Mass media and society*, ed.James Curran and Michael Gurevitch, 15-32. London: Edward Arnold.
- Harvey, David.1989.*The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- Herman, Edward S., and Noam Chomsky.1988. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon.
- Heyzer, Noeleen.1986.*Working women in Southeast Asia: development,subordination, and emancipation*. Philadelphia: Open University Press.
- Jevons, William Stanley.1965.*The theory of political economy*. New York:A.M.Kelley
- Jussawalla, Meheroo.1986.*The passing of remoteness: the information revolution in the Asia-Pacific*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- Keynes, John Maynard.1964.*The general theory of employment, interest, and money*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Lash, Scott, and John Urry.1987.*The end of organized capitalism*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Lipietz, Alain.1988. Reflections on a tale: the marxist foundations of the concepts of regulation and accumulation. *Studies in Political Economy* 26(Summer):7-36.
- Luke, Timothy.1989.*Screens of power: ideology, domination, and resistance in informational society*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Marshall, Alfred.1961[1890].*Principles of economics*. London: Macmillan.
- Marx, Karl.1973.*The Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. Trans.Martin Nicolaus. Harmondsworth: Penguin.
- Marx, Karl.1976. *Capital: a critique of political economy*, vol.1. Trans.Ben Fowkes. London: Penguin.
- Massey, Doreen.1992. Politics and space/time. *New Left Review* n.196 (November/ December):65-84.
- Mattelart, Armand, and Michèle Mattelart.1992 [1986].*Rethinking media theory: signposts and new directions*. Trans. James A.Cohen and Marina Urquidi. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Mattelart, Armand, and Seth Siegelau.1983.*Communication and class struggle.v .2: liberation, socialism*. New York: International General.
- McChesney, Robert W.1993.*Telecommunications, mass media and democracy: the battle for the control of U.S. broadcasting*. New York: Oxford.
- Morris-Suzuki, Tessa.1986. The challenge of computers. *New Left Review*, n.160 (November/December):81-91.
- Murdock, Graham.1990. Redrawing the map of the communications industries. In: *Public communication: the new imperatives*, ed.Marjorie Ferguson,1-15. Beverly Hills,CA: Sage.
- Murdock, Graham, and Peter Golding.1979. *Capitalism, communication, and class relations*. In *Mass communication and society*, ed. James Curran, Michael Gurevitch, and Janet Woolcott, 12-43. Beverly Hills,CA: Sage.
- Owen, Bruce M., and Steven S.Wildman.1992.*Video economics*. Cambridge,MA: Harvard University Press.
- Owen, Robert.1851.*Labor: its history and prospects*. New York.
- Posner, Richard A.1992. *Sex and reason*. Cambridge,MA: Harvard University Press.
- Poulantzas, Nicos. 1978.*State, power and socialism*. London: New Left Books.
- Resnick, Stephen A., and Richard D. Wolff.1987. *Knowledge and class: a marxian critique of political economy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Roach, Colleen,ed. 1993. *Communication and culture in war and peace*. Newbury Park, CA: Sage.
- Roncagliolo, Rafael.1986.*Transnational communication and cultura*. In: *Communication and Latin American society*, ed.Rita Atwood and Emile G.McAnany, 79-88. Madison:University of Wisconsin Press.
- Schiller, Herbert I.1989. *Culture, Inc*. New York: Oxford.
- Schiller, Herbert I.1992. *Mass communication and American empire*. 2nd ed (originally published 1969). Boston: Beacon Press.
- Sivanandan,A.1990. *Communities of resistance: writings on black struggles for socialism*. London: Verso.
- Smith, Adam.1976[1759].*The theory of moral sentiments*. Indianapolis: Liberty Classics.
- Smith, Adam.1937[1776]. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. New York: Modern Library.
- Smythe, Dallas W.1977. Communications: blindspot of Western marxism. *Canadian Journal of Political and Social Theory* 1(3):1-27.
- Smythe, Dallas W.1981.*Dependency road: communication, capitalism, consciousness and Canada*. Norwood,NJ: Ablex.
- Stigler, George J.,ed.1988.*Chicago studies in political economy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sussman, Gerald.1984. Global telecommunications in the Third World: theoretical considerations. *Media, Culture, and Society*, vol.6, 289-300.
- Sussman, Gerald, and John A. Lent, eds.1991.*Transnational communications: wiring the Third World*. Newbury Park,CA: Sage.
- Tang, Wing Hung, and Joseph Man Chan.1990. The political economy of international news coverage: a study of dependent communication development. *Asian Journal of Communication* 1(1):53-80.

- Tennyson, G.B. ed. 1984. *A Carlyle reader*. New York: Cambridge University Press.
- Veblen, Thorstein. 1932. *The theory of business enterprise*. New York: Scribner's.
- Veblen, Thorstein. 1934[1899]. *The theory of the leisure class*. New York: Modern Library.
- Wallerstein, Immanuel. 1979. *The capitalist world economy*. New York: Cambridge University Press.
- Waring, Marilyn. 1988. *If women counted: a new feminist economics*. New York: Harper Collins.
- Wasko, Janet, and Vincent Mosco, eds. 1992. *Democratic communication in an information age*. Toronto: Garamond; Norwood, NJ: Ablex.
- Waterman, Peter. 1990. Communicating labor internationalism: a review of relevant literature and resources. *The European Journal of Communication* 15(1/2) 85-103.
- Webster, Frank, and Robins, Kevin. 1986. *Information technology: a Luddite analysis*. Norwood, NJ: Ablex.
- Williams, Raymond. 1975. *Television, technology and cultural form*. London: Fontana.
- Yourdon, Edward. 1989. India's software potential. *American Programmer* 2(10).
- Zuboff, Shoshana. 1988. *In the age of the smart machine*. New York: Basic.

Recebido em 09/04/1997